



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Conjuntura, Previsão e Relações
Internacionais

Relatório Finanças Públicas “Janeiro a Dezembro de 2010”

Bissau, Fevereiro de 2011.

Índice

I – Introdução	4
II - Evolução das Finanças Públicas do ano 2010 (Janeiro a Dezembro)	6
2.1. Execução Orçamental do Estado	6
2.2. Despesas dos anos anteriores pagas no exercício corrente	7
2.3. Despesas Primárias de Funcionamento nos sectores de Defesa, Educação, Segurança, Saúde e Agricultura	8
2.4. Evolução da Dívida Pública	9
2.5. Estado do Pacto de Convergência Estabilidade e Crescimento à nível da UEMOA	10
2.5.1. Critérios da primeira ordem	10
2.5.2. Critérios da segunda ordem	10
III - Estado de Implementação do Programa de Facilidade de Crédito Alargado (ECF) com o FMI	12
IV - Perspectivas	13
V - Conclusão e Recomendações	14

Editorial

O Ministério das Finanças (MF) ao assumir a Reforma Institucional como um desafio, uma resposta e uma solução para modernização e melhoria de eficiência da prestação de serviços públicos do Estado, pretende ao mesmo tempo contribuir de uma forma significativa para uma mudança organizacional da produção e valorização de uma nova metodologia de trabalho baseada na produção de valores associada à gestão por objectivo e por competência.

Por um lado, o desafio assumido pelo Governo com o Fundo Monetário Internacional-FMI, no âmbito do Programa Trienal de Facilidade de Crédito Alargado (ECF) constitui para o actual executivo do MF mais do que uma recomendação da comunidade internacional, mas sim, um imperativo de mudança capaz de permitir um alavancar de esperança e credibilidade na nossa administração pública e maior transparência e rigor na gestão da coisa pública.

Com o lançamento do boletim de execução anual do ano 2010 sobre as Finanças Públicas pretende-se assim introduzir um novo conceito de gestão e aproximação para com a sociedade, introduzindo a vertente comunicação numa perspectiva pedagógica, de acompanhamento de todo o processo de reforma em curso na gestão das Finanças Públicas, mas fundamentalmente numa perspectiva de proporcionar a todo público e em particular aos seus colaboradores e parceiros uma nova dinâmica e transformação associada aos valores da motivação e visão do futuro das Finanças Públicas da Guiné-Bissau.

Ministério das Finanças

I. INTRODUÇÃO

O objectivo deste boletim é fornecer informações sobre o estado anual das Finanças Públicas do ano 2010, que permite ter uma visão global da execução orçamental, dando mais transparência à execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) de acordo com o código de transparência Nº 1/2009/CM/UEMOA (União Económica e Monetário da África Ocidental). Com efeito, de acordo com o código de transferência constitui uma recomendação dos Estados membros da UEMOA de tornarem público as informações sobre a execução orçamental.

Esta apresentação visa fornecer informações que permitam a tomada de decisões necessárias à consecução dos objectivos do Governo em matéria das Finanças Públicas, consubstanciadas no seu Programa e no OGE-2010.

Visando dar informações úteis ao público sobre a execução orçamental, o Boletim apresenta, inicialmente, o resultado da execução orçamental do OGE do ano 2010, seguido pela apresentação da situação da dívida pública. Posteriormente, apresentar-se-á o estado da convergência a nível da UEMOA à luz de Pacto de Convergência, Estabilidade e Crescimento, e ponto de situação da implementação do programa ECF, depois as Perspectivas e por último as conclusões e Recomendações.

Assim sendo, o Ministério das Finanças (MF), no âmbito do código de transparência acima referido leva junto ao público, o relatório sobre a situação das Finanças Públicas relativa a execução anual do ano 2010.

O País atingiu o ponto de conclusão da Iniciativa PPME¹, após decisões conjuntas do Conselho de Administração do FMI no dia 13 de Dezembro e do Banco Mundial no dia 16 Dezembro. Na base desta importante decisão dos Conselhos de Administração das Instituições de Breton Woods, o país está em condições de poder vir a beneficiar de uma anulação muito significativa do stock da sua dívida externa.

¹ Países Pobres Mais Endividado.

Nesta óptica, o alcance do ponto de conclusão representa um desafio importante para as finanças públicas e para o país. Os credores estão disponíveis para fazer um esforço importante em anular as dívidas, mas o país tem que provar que as poupanças obtidas serão revertidas para os sectores prioritários, e que no futuro evitará voltar a situação onde o peso da dívida se torne novamente insustentável.

Até Dezembro de 2010, o défice global do Estado, excluindo donativos, foi de 5.979,4 milhões de FCFA, tendo-se registado um acréscimo na receita total de 26,1% e um aumento na despesa corrente primária de 9,6% face ao mesmo período do ano transacto. O défice primário situou-se em 4.855,5 milhões de FCFA contra 11.476,8 milhões de FCFA no mesmo período de 2009.

II. EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DURANTE O ANO DE 2010

2.1 Execução Orçamental do Estado (Janeiro à Dezembro 2010)

DESIGNAÇÃO	Em milhões FCFA		
	2009 Exec	2010 Exec	VH %
Receitas Correntes	35.369,2	44.605,0	26,1
Receitas Tributárias	26.578,0	33.087,3	24,5
Receitas não Tributárias	8.791,2	11.517,7	31,0
Despesas Correntes	45.724,1	50.119,2	9,6
Despesas com Pessoal	26.184,6	26.223,8	0,1
Remun.certas(massa salarial) outras (abon.var e seg. Soc.)	19.105,1	19.107,2	0,01
Aquisição Bens e Serviços	6.770,4	8.618,6	27,3
Transferências	5.605,3	6.778,3	20,9
Outras Despesas Correntes	6.163,5	7.374,6	19,6
Juros	1.000,4	1.123,9	12,3
Despesas à Regularizar	705,1	0,0	-100,0
Desp. Capital (c/rec. Int.)	1.417,1	465,2	-67,2
Total das Receitas	35.369,2	44.605,0	26,1
Total das Desp. Internas	47.846,3	50.584,4	5,7
Saldo Global exc. Donativos	12.477,1	-5.979,4	
Saldo Primário	-11.476,8	-4.855,5	

Fonte: Ministério das Finanças

De acordo com o Quadro das Operações Financeiras do Estado (TOFE), até Dezembro 2010:

- O saldo global excluindo os donativos registou um défice de 5.979,4 milhões de FCFA contra 12.477,1 milhões de FCFA no mesmo período de 2009;

- O saldo primário acusou um déficit de 4.855,5 milhões de FCFA contra 11.476,8 milhões de FCFA no mesmo período do ano transacto.

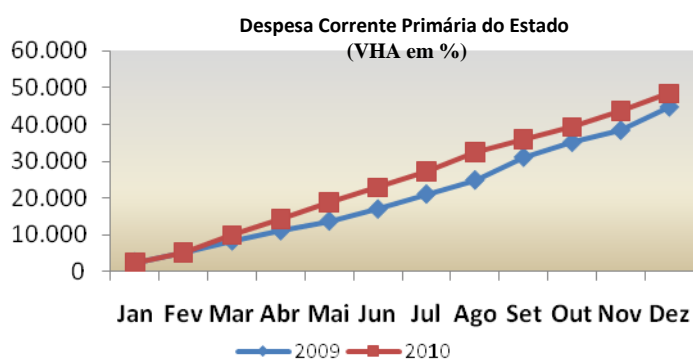
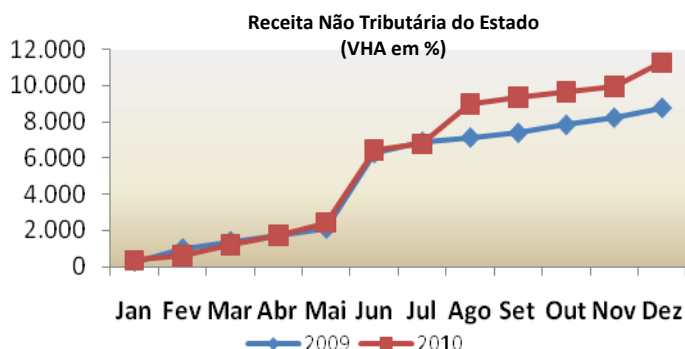
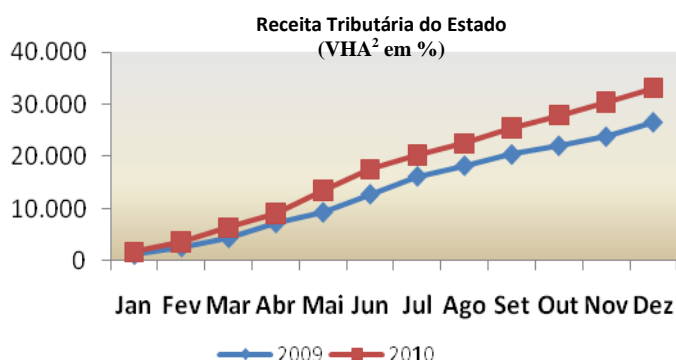
- **A receita total** cresceu 26,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As receitas tributárias registaram um aumento de 24,5%, como resultado do aumento dos impostos directos em 28,4% e dos impostos indirectos em 23,0%. **As receitas não tributárias** também registaram um aumento de 31,0%, devido ao crescimento registado nas transferências e nas rubricas taxas, multas e penalidades, de 44,8% e 17,2%, respectivamente.

A evolução dos impostos directos deve-se ao crescimento da receita de:

- Outros impostos directos, que cresceram em 162,8%, influenciado pelo aumento significativo do imposto de capitais em 178,3%, em relação ao mesmo período do ano anterior;

- Imposto sobre rendimento (ISR) em 27,2%, originado pelo aumento da contribuição industrial e da contribuição predial em 37,7% e 18,8%



² Variação Homóloga Acumulada.

respectivamente, face ao mesmo período do ano anterior.

A maioria das rubricas dos impostos indirectos registaram uma evolução favorável, entre os quais se destacam: um aumento das receitas de outros impostos indirectos, em 195,9%, as receitas do imposto geral sobre vendas (IGV) em 39,0%, e as receitas de imposto sobre transacções internacionais em 8,0%.

- As despesas primárias³ diminuíram em 18,4%, como resultado da diminuição da despesa de capital em 97,0%. Esta larga diminuição se explica mais pela falta dos investimentos externo verificado em 2010. Em relação as despesas correntes primárias⁴, verificou-se aumento de 9,6%, impulsionado pelo aumento nos agregados das despesas correntes, com destaque:

- Aquisição de bens e serviços (27,3%);
- Transferências (20,9%); e
- Outras despesas correntes (19,3%);
- Despesas com pessoal, que registou um aumento de 0,1%, destacando-se um ligeiro aumento nas remunerações certas (salários) e nas outras despesas com pessoal (abonos variáveis, embaixadas e segurança social) em 0,01% e 0,5% respectivamente.

2.2. Despesas dos anos anteriores pagas no exercício corrente

No primeiro semestre de 2010, o Governo conseguiu pagar algumas despesas atrasadas, referentes aos anos de 2008 e 2009, no montante de 3,3 bilhões de FCFA e 0,496 bilhões de FCFA respectivamente, totalizando cerca de 3,8 bilhões de FCFA, o que representa 0,9% do PIB.

Para o final de Dezembro do mesmo ano, o governo não pagou nenhuma outra despesa do ano anterior.

³ Tomamos as despesas primárias como sendo despesas totais excluindo juros.

⁴ Tomamos também as despesas correntes primárias, como despesas correntes excluindo juros.

Quadro da Variação Homóloga Acumulada

Indicador	Unidade	Dez-09	Jan-10	Fev-10	Mar-10	Abr-10	Mai-10	Junh-10	Julh-10	Ago-10	Set-10	Out-10	Nov-10	Dez-10
Receita Total	VHA	6,7	43,2	15,1	32,7	20,4	39,8	26,0	17,2	25,0	25,9	26,3	26,9	26,1
Receitas Corrente	VHA	6,7	43,2	15,1	32,7	20,4	39,8	26,0	17,2	25,0	25,9	26,3	26,9	26,1
Receitas Tributária	VHA	27,1	45,8	35,3	46,9	24,9	45,2	37,5	25,3	23,3	24,6	26,3	28,0	24,5
Receitas Não Tributária	VHA	-28,2	31,9	-39,1	-12,0	1,4	15,9	2,7	-1,9	29,4	29,7	26,3	23,8	31,0
Despesas Total	VHA	24,3	-4,7	0,2	15,9	24,9	33,7	-25,9	-21,7	-15,6	-19,8	-19,5	-16,5	-17,9
Despesas Corrente	VHA	-4,6	-4,4	0,5	16,9	25,7	34,6	32,9	28,5	30,1	15,7	12,0	13,5	9,6
Despesas Corrente Primária	VHA	-2,1	-2,6	3,6	19,7	28,1	36,9	34,7	29,2	30,6	15,8	11,9	13,5	9,6
Dspesas Primária	VHA	28,0	-2,9	3,2	18,6	27,3	35,9	-26,1	-22,4	-16,2	-20,3	-20,1	-17,0	-18,4

Fonte: Ministério das Finanças

2.3. Parte das despesas Primárias (Defesa, Educação, Segurança, Saúde e Agricultura)

Até ao final de 2010, o montante total das despesas de funcionamento nos sectores da Defesa, Educação, Segurança, Saúde e Agricultura foram de 21.008,4 milhões de FCFA, o que representa 5,0% do PIB, contra uma previsão anual de 24.451,4 milhões de FCFA. O rácio da despesa de funcionamento destes sectores sobre o total das despesas correntes foi de 41,9%, tendo o sector da Defesa absorvido 17,3%, a Educação 11,9%, a Segurança 7,3%, Saúde 5,1% e o da Agricultura 0,9%.

O total das despesas de funcionamento durante o período em análise do sector da Defesa foi de 8.559,7 milhões de FCFA contra uma Previsão anual de 8.613,7 milhões de FCFA. Entretanto, a maior parte dessas despesas situou-se na rubrica da despesa com pessoal, que representa cerca de 1,8% do PIB, seguido pela rubrica de Bens e Serviços em 0,3% do PIB.

Em relação ao sector educativo, o segundo sector com maior nível de despesas, o total deste foi de 5.890,4 milhões de FCFA, contra uma previsão anual de 6.693,4 milhões de FCFA. As rubricas com maior peso em percentagem do PIB são: despesas com pessoal (1,1%), bens e serviços (0,2%) e transferência (0,07%).

No que concerne ao Sector de Segurança, foi previsto este ano 4.529,5 milhões de FCFA e foi executado somente 3.602,2 milhões de FCFA. A rubrica da despesas com o pessoal continua a absorver a maior fatia em percentagem do PIB, seguido pelos bens e serviços.

Referente ao sector de Saúde, que tem uma previsão anual de 3.768,6 milhões de FCFA, o Governo conseguiu executar 2.523,8 milhões de FCFA, onde a rubrica da despesa com pessoal, em percentagem do PIB, representa cerca 0,5% e em seguida, os bens e serviço, com 0,1%.

Por fim, a Agricultura que apresenta menor despesas, teve uma execução de 432,3 milhões de FCFA contra uma previsão anual de 846,1 milhões de FCFA.

É de salientar que em todos esses sectores, a rubrica despesas com pessoal tem maior peso no Orçamento Geral do Estado.

(Consultar quadro abaixo).

QUADRO DE EXERCÍCIO DA PARTE DA DESPESAS PRIMÁRIAS DE FUNCIONAMENTO-Dezembro 2010
(em milhões de Fcfa)

Despesa Primária do Funcionamento		OGE Anual	Exec.	Diferença	Em % do PIB	Rácio (1) ⁵	Rácio (2) ⁶	Total Real.
Defesa	<i>Bens e Serviço</i>	1.243,5	1.207,2	-36,4	0,29	14,1	17,1	8.559,7
	<i>Desp. c/pessoal</i>	7.370,2	7.352,5	-17,7	1,76	85,9		
	<i>Transferência</i>							
Educação	<i>Bens e Serviço</i>	1.185,3	831,0	-354,3	0,20	14,1	11,8	5.890,4
	<i>Desp. c/pessoal</i>	4.923,3	4.747,5	-175,8	1,13	80,6		
	<i>Transferência</i>	584,8	311,8	-272,9	0,07	5,3		
Saúde	<i>Bens e Serviço</i>	1.233,5	593,8	-639,7	0,14	23,5	5,0	2.523,8
	<i>Desp. c/pessoal</i>	2.535,1	1.930,0	-605,1	0,46	76,5		
	<i>Transferência</i>							
Administração Interna	<i>Bens e Serviço</i>	667,3	298,1	-369,3	0,07	8,3	7,2	3.602,2
	<i>Desp. c/pessoal</i>	3.862,2	3.304,2	-558,0	0,79	91,7		
	<i>Transferência</i>							
Agricultura	<i>Bens e Serviço</i>	268,9	16,1	-252,8	0,004	3,7	0,9	432,3
	<i>Desp. c/pessoal</i>	410,7	378,8	-31,9	0,09	87,6		
	<i>Transferência</i>	166,5	37,4	-129,1	0,01	8,7		
Total Geral		24.451,4					41,9	21.008,4
TOTAL DESP.CORRENTE								50.119,2

Fonte – MF/DGO

2.4. Evolução da Dívida Pública

Indicador da Dívida Externa até 31 de Dezembro de 2010. (Em mil dólares)

	Total do stock da Dívida até 31-Dez – 09	Total da dívida Externa efectiva até 31 de Dezembro – 10	Amortizações de Capital em atraso á 31 de Dezembro-10	Juros atrasados de Pagamentos até 31 de Dezembro –10	Total do stock da Dívida até 31 de Dezembro–10
Total	1.114.983,90	973.394,65	273.629,13	137.631,13	1.111.065,77
Multilateral	525.684,88	505.419,72	31.255,84	9.348,19	514.767,91
Bilateral	588.126,59	467.082,71	241.864,74	128.042,72	595.125,43
Banco franco-português	1.172,43	892,22	508,55	280,21	1.172,43

Fonte: MF/DSD

⁵ Racio (1), 'e igual a execução sobre o total realização por sector.

⁶ Racio (2), 'e igual ao total realização por sector sobre o total das despesas corrente.

No final de 2010, o stock da dívida manteve praticamente estacionária. Com efeito, o stock da dívida directa do Estado diminuiu ligeiramente em relação ao mesmo período homólogo do ano anterior

(0,3%), passando de 1.114,9 milhões de Dólares para cerca 1.111,0 milhões de Dólares, registando uma diminuição de 3,9 milhões de Dólares.

2.5. Estado de Convergência a nível da UEMOA

Quadro do Critério da Primeira Ordem

1ª Ordem			
CONVERGÊNCIA			
Jan a Dez			
INDICADORES	Norma	2009	2010
Rácio saldo Orç.de base/PIB	>=0	4,1	1,2
Taxa de Inflação média anual	<=3%	-2,4	2,3
Rácio dívida Pub. EfectivaTotal/PIB ⁷	<=70%	126,6	128,7
Var. dos atras. de pagto. Interno	0	0,0	0,7

Quadro do Critério da Segunda Ordem

2ª Ordem			
CONVERGÊNCIA			
Jan a Dez			
INDICADORES	Norma	2009	2010
Massa Salarial/Receitas Fiscais	<=35%	71,9	57,7
Rácio.inv.Pub.fin.rec.int/R.fisc	>=20%	5,3	1,4
Rácio.def.ext.cor.s/don/pib	>=-5%	-15,2	-10,3
Taxa de pressão fiscal	>=17%	6,7	7,9

Critério de primeira ordem:

Primeiro: No final de Dezembro de 2010, o rácio do saldo orçamental de base sobre o PIB nominal foi de 1,2%, contra 4,1% no mesmo período homólogo de 2009.

Segundo: A taxa de inflação média anual medida pelo índice dos preços no consumidor foi de 2,3% no final de 2010 contra -2,4% em 2009.

Terceiro: O rácio da dívida efectiva líquida sobre o PIB nominal foi de 128,7% até o final de 2010 contra 126,6% no mesmo período homólogo de 2009. Esta situação é motivada em particular pela deterioração da taxa de câmbio.

Quarto: No final de Dezembro de 2010, constatou-se a acumulação dos atrasados de pagamentos na ordem de 0,741 biliões de FCFA. Enquanto no ano passado não constatou nenhuma acumulação, conforme é demonstrado no quadro acima.

Critério de segunda ordem:

Primeiro: O rácio da massa salarial sobre as receitas fiscais atingiu 57,7% em Dezembro de 2010 contra 71,9% no mesmo período homólogo de 2009. Esta situação de melhoria é devido ao aumento significativo nas receitas fiscais (24,5%) apesar de um ligeiro aumento na massa salarial (0,01%).

Segundo: O rácio dos investimentos com recursos internos em relação às receitas fiscais deteriorou-se ligeiramente,

⁷ Taxa de câmbio, final Dez.: 2009 (448,637xof) e 2010 (485,070xof); PIBn: 2009 (395,1 biliões Fcfa) e 2010 (418,8 biliões Fcfa).

passando para 1,4% até final de 2010 contra 5,3% no mesmo período homólogo do ano anterior.

Terceiro: O rácio de défice exterior corrente sem donativos em relação ao PIB, melhorou-se no final de 2010, situando-se em -10,3% contra -15,2% no mesmo período homólogo de 2009.

Quarto: A Taxa de pressão fiscal anual programada em 2010 foi de 7,7%, tendo-se situado em 7,9% no final de 2010 contra 6,7% no final de 2009.

Em relação ao Pacto de Convergência, Estabilidade e Crescimento, podemos constatar que durante o período

considerado de 2010, foi respeitado dois (2) Critérios de Convergência da primeira Ordem, dos quais, Rácio saldo Orçamental de base/PIB e Taxa de Inflação média anual.

ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ECF COM FMI

Tabela 1. Guiné-Bissau: Indic. Quant. Prog. ECF 2010
(em milhões de Fcfa)

Descrição	Fim Dezembro-2010		
	Prog.	Real. Acum.	Var.
1. Receitas do Governo	42.993,0	44.605,0	1.612,0
Receitas fiscais	30.101,0	33.087,3	2.986,3
Receitas não fiscais	12.892,0	11.517,7	-1.374,3
2. Saldo Primário Interno	-16.333,0	-4.855,5	11.477,5
3. Financiamento Interno	231,0	6.633,1	6.402,1
4. Novos Atras. Internos	0,0	794,0	794,0
5. Pag. Atrasados anos anteriores	0,0	3.796,0	3.796,0
6. Dívida Ext.Não Conces.			
7. Despesa não Titulada (DNTs)	200,0	0,0	-200,0
8. Gastos Sociais e outras desp. Prioritário¹	16.246,0	9.413,8	-6.832,2

Relativamente ao matriz das metas estruturais, até final do Dezembro de 2010, houve alguns avanços alcançados, mas o governo promete continuar a redobrar esforços no sentido de poder respeitar o calendário acordado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no quadro do Programa em curso.

No final de Dezembro de 2010, o desempenho do Governo ao abrigo do Programa acordado com o FMI, Facilidade de Crédito Alargado (ECF) mais uma vez foi favorável, registando progressos com vista a estabilização macro económica do País.

O desempenho da política fiscal, reflectido através do comportamento dos diferentes agregados fiscais tem sido satisfatório. Apesar do contexto externo extremamente difícil, o Governo através do Ministério das Finanças conseguiu cumprir com algumas metas quantitativas traçadas no Programa acordado com FMI. (ver Tabela 1).

¹ Por gastos sociais e outros gastos prioritários, entende-se o total da despesa corrente nos sectores da Educação, Saúde e Agricultura e as despesas de capital financiadas com recursos internos (Infra-estrutura).

III. PERSPECTIVAS

Para o ano económico de 2011, as perspectivas sobre as Finanças Públicas são encorajadoras. Espera-se a continuação de um bom desempenho fiscal e a recuperação da economia global, aumento das transacções comerciais e a melhoria da estabilidade política e institucional, que venham a contribuir para uma retoma moderada do crescimento económico para cerca de 4,3 por cento, impulsionado pela retoma da produção de caju, reconstrução das infra-estruturas públicas, nomeadamente dos sistemas rodoviários, portuário, eléctrico e de água.

A inflação deverá permanecer abaixo da norma de Convergência da UEMOA.

O Governo continuará a levar a cabo o programa fiscal do médio prazo, no sentido de reforçar a política fiscal e alcançar a sustentabilidade da dívida pública. Ainda de regularizar os atrasados internos de acordo com os recursos disponível, reduzir o défice da conta corrente externa (excluindo as transferências oficiais) e manter o défice orçamental primário abaixo dos 4,0% do PIB anual, até o ano de 2012.

V. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Apesar da conjuntura Internacional não favorável, rodeada de incertezas e do clima da retoma gradual do crescimento económico depois da forte crise económica e Financeira Internacional (2009-2010). Em 2010 o impacto da crise financeira foi menor em relação a economia da Guiné-Bissau.

A situação económica e Financeira foi satisfatória para o Governo no âmbito do programa ECF que abriu o caminho ao alívio da dívida ao abrigo da iniciativa HIPC (Países Pobres Altamente Endividados).

O País atingiu o ponto de conclusão, que era um dos objectivos fixados pelo Governo em 2010, antes de expirar a perdão interina da dívida do Banco Mundial (BM) e do Banco da África para o Desenvolvimento (BAD).

Relativamente ao desempenho fiscal e a implementação do programa dos Indicadores Quantitativos têm sido sólidos. Com efeito, houve acréscimo na receita total de 26,1%, com maior destaque para as receitas não tributárias que registou um aumento de 31,0% e as tributárias com 24,5%, apesar de haver aumentos nas despesas correntes e no total das despesas internas, de 9,6% e 5,7% respectivamente, face ao mesmo período do ano transacto.

Em relação aos Critérios do Pacto da Convergência, Estabilidade, Solidariedade e Crescimento da UEMOA, o País conseguiu cumprir com dois (2) critérios da primeira ordem, um número menor que do ano passado, excepto dois (2) também que não foram respeitados (Rácio da dívida Pública efectiva Total/PIB e Variação dos atrasados internos).

Com o ponto de conclusão, todos os credores multilaterais e bilaterais comprometeram-se em anular seus créditos no final de 2009 de cerca de 85,6% em valor actualizado, contudo alguns credores voluntariamente vão anular 100% dos créditos (caso concreto dos países industrializados membros do Clube de Paris.).

É de realçar que os montantes exactos só serão conhecidos depois de todos os credores indicarem que tipo de tratamento é que vão conceder, ou seja, se vão optar por cancelamento/anulação, ou a redução do stock dilatando o período de reembolso, ou uma outra combinação possível de anulação do stock desde que esteja em conformidade com a redução do stock no mínimo de 85,6%. Assim sendo, provavelmente nos próximos tempos, o País poderá estar na condição de respeitar todos os critérios da convergência da primeira ordem.

Recomenda-se:

- O Reforço da arrecadação de receitas;
- A melhoria da gestão das finanças públicas;
- A modernização da administração pública, criando, deste modo, maior margem para as despesas prioritárias;
- A eliminação dos entraves ao desenvolvimento do sector privado;
- A melhoria do acesso aos serviços sociais e;
- O reforço da gestão da dívida pública.

Ficha Técnica:**Coordenadores:**

Dr. José Carlos Varela Casimiro

Secretário de Estado de Tesouro

Dr^a. Gabriela Fernandes

Secretária de Estado do Orçamento e

Assuntos Fiscais

Director Geral:

Jeremias Pereira

E-mail: Jeancrpe@hotmail.com

Site: www.minfin-gov.bissau.net

Equipa Técnica:

Óscar Cunha

Samora Gomes

Adão Jata

Alberto Lona

Seco Camara

Edson Mango

Mamadú L. Turé

Colaboração de todas as Direcções Gerais do

Ministério das Finanças